

A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA QUE ORIENTA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

FAMILY CONCEPT THAT GUIDES THE PROFESSIONAL INTERVENTION OF SOCIAL WORKERS

Helena Paiva Silvério*

RESUMO: Esse trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida com assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de cidades do Vale do Paraíba. Objetivou-se conhecer a concepção de família que orienta a intervenção profissional do assistente social e o trabalho que realizam junto às famílias neste espaço socioocupacional. Trata-se de um tema de extrema importância, visto que nos últimos anos a família tornou-se centralidade no âmbito das políticas públicas, em especial na assistência e na saúde. Para o seu desenvolvimento, utilizou-se a abordagem da pesquisa qualitativa com emprego da entrevista semi-estruturada. Concepções distintas de famílias foram mencionadas pelos profissionais como famílias tradicionais, monoparentais, recompostas, famílias formadas por laços de afeto e amizade. Em seus depoimentos constatou-se que as concepções de famílias correspondem aos conceitos estabelecidos nas legislações e políticas, no entanto, permanecem valores conservadores e que os profissionais esperam das famílias padrões de funcionalidade presentes no modelo da família nuclear burguesa. Em relação ao trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais junto às famílias verifica-se que ações de cunho socioeducativo são predominantes, mas visam principalmente o cumprimento das condicionalidades dos programas sociais em que as famílias estão inseridas e não numa perspectiva crítica de reflexão e problematização de suas condições de vida. Entende-se que em se tratando de famílias é preciso ter cuidado para não cobrar algo que elas não podem oferecer e que se torna imperativo ao profissional trabalhar com a diversidade de relações existentes na sociedade.

Palavras-chave: Famílias. Serviço Social e Políticas Sociais.

ABSTRACT: *This work is a result of a research developed with social workers that act in the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in the city of Vale do Paraíba. It aimed to know the family concept which guides the professional intervention of social worker and the work carried out with families in this socio-occupational space. It is a theme of utmost importance, since in recent years, the family becomes the centrality in the scope of public policies, in particular, in assistance and health. For its development, was used the qualitative research approach with the use of semi-structured interview. Different conceptions of families were mentioned by the professionals, such as traditional families, single-parents families, blended families and those formed by ties of affection and friendship. In their statements, it was found that families conceptions correspond to the concepts laid down in the legislation and policies, however, remain conservative values and that professionals expect for families functionality standards present in the*

* Especialização em Psicopedagogia pela Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro, Brasil(2015). Coordenadora de Medidas Socioeducativas da Prefeitura Municipal de Lorena , Brasil.

bourgeois nuclear family model. In relation to the work developed by social workers with families it is noticed that actions of educational nature are prevalent, but aimed mainly at the fulfilment of the conditions of social programs that families are included and not in a critical perspective of reflection and problematization of their living conditions. It is understood that when it comes to families, care must be taken not to charge anything that they cannot offer and that becomes imperative to the professional working with the diversity of existing relations in society.

Keywords: Families. Social Work and Social Policies

INTRODUÇÃO

A discussão expressa neste trabalho tem como eixo norteador a monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté/SP em 2010 (SILVÉRIO, 2010), na qual se refere a uma pesquisa qualitativa realizada junto a assistentes sociais que trabalham nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de cidades do Vale do Paraíba de São Paulo.

Originária de várias indagações, teve como marco inicial a nossa experiência de estágio no CRAS de um dos municípios dessa região. Durante o período em que estagiamos (novembro de 2008 a fevereiro de 2010), tivemos a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais junto às famílias neste espaço sociocupacional, bem como as concepções de famílias que orientavam a sua intervenção. Tal experiência situou-nos entre as exigências postas a uma necessária e emergente reflexão sobre as perspectivas e indicativos do trabalho social com famílias no campo profissional do Serviço Social.

Segundo Miotto (2004), os processos de atenção e trabalho com famílias fazem parte da história da profissão de Serviço Social. Desde os seus primórdios, as famílias foram consideradas objeto privilegiado de intervenção profissional. No entanto, apesar dessa longa tradição e do amadurecimento teórico-prático profissional nas últimas décadas, o trabalho dos assistentes sociais apresenta lacunas no que tange a qualificação das ações e a consolidação do projeto ético-político profissional.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa com emprego da entrevista semi-estruturada.

A entrevista semi-estruturada é aquela que articula perguntas abertas e fechadas e o “informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”. (BONI, 2005, p. 75).

O universo e os sujeitos dessa pesquisa foram representados por três assistentes sociais que trabalham nos Centros de Referências da Assistência Social/CRAS, do Vale do Paraíba. Com vistas a manter o sigilo das entrevistas, utilizou-se pseudônimos de pedras preciosas: *Topázio*, *Esmeralda* e *Diamante*. A escolha por esses pseudônimos sucedeu pelo fato de acreditarmos que as pedras expressam a contribuição das profissionais entrevistadas, três mulheres voluntárias, dispostas à reflexão e à colaboração nesta pesquisa; daí, também, a liberdade em empregar o gênero feminino em algumas expressões referentes a essas profissionais no corpo do trabalho.

O trabalho está organizado em duas seções. Na primeira registram-se as concepções de famílias que orientam o exercício profissional dos assistentes sociais e na segunda apresenta-se o modo como os profissionais realizam sua intervenção cotidiana com as famílias e as ações que propõem junto a esse público.

1 A CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA QUE ORIENTA A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Para as profissionais que participaram desta pesquisa, diversas são as formas de conceber a família, seja como:

(...) um grupo de pessoas, formado por laços afetivos. É relação consangüínea, essas pessoas convivem debaixo do mesmo teto e assim, elas têm obrigatoriedade: tanto direitos como deveres entre elas mesmas. Direitos sociais, obrigações econômicas umas com as outras, obrigações sexuais, no caso do casal. Então acho que seria isso. (DIAMANTE).

Esse conceito de família também é compartilhado por outra profissional. Para ela família é:

(...) um núcleo, um número de pessoas que convivem juntas no mesmo local, debaixo do mesmo teto, envolvidas, no mesmo objetivo. Acho que o objetivo tem tudo a haver com a família, não é só de estar ali. É participar desse núcleo, dessa dinâmica que envolve a família. (ESMERALDA).

Ser família implica numa relação consangüínea, mas também afetiva e de solidariedade. A casa é o espaço do encontro, lugar de referência da sociabilidade dos membros, e aparece como um elemento fundamental; viver em família é viver sob o mesmo teto, participar das mesmas vivências, situações, dificuldades e ter objetivos comuns. A obrigação é outro componente presente nas falas das assistentes sociais entrevistadas.

Ao longo da história da família, essa instituição foi marcada por relações de obrigatoriedade e solidariedade. Segundo Levi Strauss citado por Lima (2006, p. 9) “a ajuda mútua é um elemento caracterizador da família desde suas origens”. Outro fator que contribui para pensar a família a partir desse viés decorre da perspectiva neoliberal que norteia a criação e implantação de leis e políticas que servem de parâmetro para a atuação profissional.

A perspectiva neoliberal surgiu a partir das mudanças ocorridas nas sociedades capitalistas, principalmente após a década de 70, com a crise do *Welfare State* – Estado de Bem Estar Social, mediante as novas reestruturações do capitalismo, seus ajustes e pacotes, a exemplo do neoliberalismo. O Estado diminui suas responsabilidades, transformando a família na sua principal parceira, tornando-a responsável pelo bem estar dos seus membros.

Essa medida traz como consequência a não responsabilidade estatal em relação à proteção social. Quando esse bem-estar não ocorre, o fracasso é revertido para a família que se vê como incapaz e culpada por não conseguir cumprir com funções e obrigações historicamente outorgadas a ela. (Miotto, 2004)

Para Alencar (2008), no contexto atual em que mais do que nunca o Estado “tende a se desobrigar da reprodução social,

persiste a tendência de transferir quase que exclusivamente para a família responsabilidades que, em nome da solidariedade, da descentralização ou parceria, a sobrecarregam”. (ALENCAR, 2008, p. 64). A autora ressalta que:

Na ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas. Dessa forma as mais diversas situações de precariedade social, desemprego, doença, velhice, encaradas como dramas da esfera privada, tenderam a ser solucionadas na família, como responsabilidade de seus membros. (ibidem, p. 63-64).

Essa discussão levantada pela autora e por outros estudiosos desse tema, como Mioto (2004) e Campos (2004), demonstram que as famílias estão sendo cobradas por uma responsabilidade que, na verdade, é do Estado. Observa-se tal mecanismo através das legislações vigentes, como a própria Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, o Estatuto do Idoso de 1994, a Política Nacional de Assistência Social de 2004, entre outras.

Outras concepções sobre famílias foram explicitadas pelas assistentes sociais:

Hoje em dia não é mais o que achava de família. Para mim família... Antigamente eu tinha essa concepção de pai, mãe e os filhos, hoje em dia não porque já virou um aglomerado de pessoas que vivem sob o mesmo teto porque ou é mãe, o namorado e os filhos, ou é a mãe os enteados, os próprios filhos e o companheiro, ou é as avós que cuidam dos netos, não existe... eu acho que perdeu muito o foco do nome família, no meu ponto de vista, e sim parentes que vivem sob o mesmo teto... (TOPÁZIO).

O entendimento de família como um grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto é também presente no depoimento dessa profissional. Igualmente aparece a noção de quebra do “modelo” de família tradicional vigente por séculos na sociedade brasileira. Quando a profissional diz que tinha a concepção de família como

aquela formada pelo pai, mãe e pelos filhos, ela está partindo do conceito da família nuclear burguesa. O que para Correa (1994) é algo histórico, pois no Brasil, a história das famílias, vem sendo contada através de um determinado modelo, o patriarcal – “um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações.” (CORREA, 1994, p. 15). Para a autora:

(...) em linhas gerais, este é o retrato que temos da família brasileira através do tempo. Este é o modelo tradicionalmente utilizado como parâmetro, é a história da família brasileira, todos os outros modos de organização familiar aparecendo como subsidiários dela ou de tal forma inexpressivos que não merecem atenção. (ibidem, p. 16).

Sabe-se que a história da família brasileira parte desse viés; tanto que, Lima (2006) em sua pesquisa reforça essa opinião dizendo que, no país, o índice de famílias, com a composição de pai, mãe e filhos, conhecida como família nuclear burguesa é de 53,3%, ou seja, a pesquisa sinaliza que ainda é elevado o número de relações familiares tradicionais, o que dá sustentação a tais idéias.

A profissional entrevistada complementa sua concepção acerca de família dizendo que:

Lá (a profissional refere-se à sua experiência anterior) eu via de forma mais fria, pensa bem para você ver, porque lá, por exemplo, é a mãe que deu a criança para fulano. E a nossa concepção de família, está onde? Essa mãe pensa em ter família? Ela pensa o que? Para mim, família vai ser quem acolheu a criança. Então lá a gente fica fria diante de algumas coisas. (TOPÁZIO).

A atitude de frieza a que a profissional se refere é em não colocar seus valores em determinadas situações. Mesmo partilhando de uma concepção tradicional de família, entende que não poderia ter essa referência para a sua intervenção nesse local de trabalho. No entanto, a contradição é um elemento presente em sua narrativa. Ao mesmo tempo em que reconhece essa necessidade, nega que

mães que abandonaram seus filhos ou mães abandonadas¹, não podem ou não são capazes de constituírem famílias.

Ainda sobre a sua experiência profissional anterior e a sua própria experiência de vida, perguntamos o que a profissional definiria como família:

Eu tenho duas visões, e acho complicado por que, por exemplo, a família atendida não é mais a família, como é que vou dizer, constituída de pai, mãe e filhos... É raro ver uma família assim. A gente vai vê como? Pessoas amasiadas que acabam constituindo ali tendo seus filhos e constitui como família, não tem mais aquele vínculo, como vou explicar (...) eu acho que se perdeu essa noção de família. As pessoas de nível acho mais baixo, não tem essa noção do que é a família. Até mesmo se for perguntar para eles, a maioria não é casado, já começa por aí. Acho que uma família constitui através do casamento onde vem gerar os filhos e tudo. Muitos não, acham que só morando, juntando “trapo” um com outro, morando junto já está bom. A maioria de nível mais baixo, eu percebo essa diferença. Porque lá (reporta-se ao Fórum) quando eu ia mexer com adoção ou alguma coisa, as famílias, pai, mãe podia estar ali estruturado, a casa estruturada, tudo estruturado, só faltava o que? Um filho, porque talvez eles não poderiam gerar, não teriam condições de tê-lo, mas não perderia o nome família.. mas agora na classe mais baixa não se vê isso, o pai zelando pelo filho, não existe sei lá... não existe mais, acho que é raro ver como família, acho que ali é um que se apóia no outro... nem se apóia, porque tem casos ali. A minha visão acho que é diferente... (TOPÁZIO).

Evidencia-se na fala da profissional o reconhecimento de que as famílias atendidas atualmente pelo Serviço Social não são apenas as tradicionais. Por outro lado, parece-nos que essa

¹ Pesquisas revelam que muitas mães ao entregarem seus filhos para adoção passaram por processos de violação total em sua sociabilidade. Sobre as questões que envolvem o processo de entrega de filhos para a adoção, podemos conferir o livro intitulado: “Mães abandonadas: entrega de um filho para adoção”, de autoria de Maria Antonieta Pisano Motta.

é uma situação que lhe causa estranhamento e isso é algo que merece cuidado e reflexão. De acordo com Barroco (2008), a não aceitação do outro leva-nos a práticas profissionais discriminatórias e preconceituosas. Para a autora, vivemos num contexto histórico de apatia e indiferença social que se revela mediante a intolerância, a xenofobia e a homofobia e uma das políticas decorrentes desse contexto é o de criminalização da pobreza, ou seja, a culpabilização dos pobres pela sua situação social e a conseqüente naturalização dessa condição.

Conceber que as pessoas de nível mais baixo - ressalte-se: economicamente - não possuem “noção de família” é de algum modo colocá-las numa posição de inferioridade e desrespeito e remetê-las a esse processo para o qual Barroco (2008) chama-nos atenção. A noção do que é ser família, viver em família, relacionar-se em família, não é uma predestinação das classes “cultas”. Não é privilégio de uma casta, segmento ou classe. O que está em jogo são as prescrições burguesas criadas pela sociedade e que definem como certo ou errado certos modos de viver em família; julgamentos obsoletos, uma vez que existe hoje uma discussão e o conhecimento sobre as diferentes formas de relações familiares.

A relação entre pobreza e capacidade intelectual no contexto profissional é discutida por Sarmiento (1996), quando o autor releva a finalidade do uso de certos instrumentos técnico-operativos pelo Serviço Social em seus primórdios. De acordo com o autor, a visita domiciliar, por exemplo, era realizada na perspectiva de ensinar certos comportamentos aos operários e aos seus familiares; tanto que era vinculada “à compreensão do modo de ser (por parte da classe dominante) da classe operária reduzida a ignorantes e depravados, sem capacidade de assegurar para si um mínimo de bem-estar por falta de estrutura moral” (SARMENTO, 1996, p. 296).

Vale destacar que tradicionalmente os profissionais dispunham de uma competência (autoridade e poder) para saber e determinar (mandar) o que devia ser feito com o usuário (que devia obedecer), inclusive ditando ordens, normas e regras sobre a vida do outro. Essa postura, inclusive, era

reconhecida com uma forma de proteção ao usuário, dissimulando o seu excesso de autoridade (do profissional). (Idem, 2000, p. 138).

Nesse sentido, a visão da classe dominante sobre as classes trabalhadoras era (e ainda está muito presente nos dias atuais) a de que as classes pobres não possuem capacidades intelectuais e nem condições morais de se organizarem. A pobreza era entendida como sinônimo de ignorância.

A relação família e casamento à qual a assistente social, Topázio, se reporta, é referendada na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 226, diz que qualquer união estável entre homem e mulher é reconhecida como entidade familiar; entretanto, a própria Lei diz que o Estado deve facilitar a conversão em casamento.

Com isso, observa-se que a ideologia que perpassa a sua fala está fundamentada nos aparatos legais. A Constituição Federal, assim como outros instrumentos jurídicos, estão apoiados nas orientações burguesas. Para a burguesia o matrimônio almeja uma posição social pautada no interesse de conservar o *status quo* e o poder financeiro e ideológico.

Reis (2004) citando Engels (1964) afirma que a família monogâmica surgiu com aparecimento da propriedade privada cujo foco era o de acumular bens e de transferi-los aos filhos legítimos do homem. Segundo pesquisadores, esse modelo de família consolidou-se por volta do século XVIII como a família nuclear burguesa. Para manter a propriedade privada, a classe burguesa utilizou o matrimônio como elemento conveniente e a monogamia como condição econômica.

Outro fator a ser considerado e que está implícito no depoimento da profissional e igualmente presente no imaginário social é a questão da família entendida como ordem natural. Entender a família dessa maneira é crer que a sua formação não é uma escolha, e sim um desígnio de Deus e da natureza. Segundo Sarti (2004) cada família constrói sua própria história, ainda que as histórias dessas famílias sejam comuns, elas apresentam características únicas, o que as torna diferentes. Entretanto, há uma tendência dos

profissionais que trabalham com famílias de, ao atendê-las, partirem do seu próprio conceito. Sobre isso a autora diz que:

As mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência de definições cristalizadas de família socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, os dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, que têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os “modelos” do que é e deve ser a família, fortemente ancorados numa visão de família como unidade biológica constituída segundo as leis da “natureza”. (ibidem, p. 16).

Ainda sobre sua concepção de família, a profissional explicita que:

É... Eu tenho a visão ainda como pai, mãe a base e estrutura, e os filhos... Só que o mundo de hoje virou praticamente bagunça, isso que é meu ponto de vista. Não tem mais aqueles seus princípios básicos, do pai trabalhar, a mãe também. Hoje em dia vemos mais a mãe trabalhando colocando dinheiro em casa sendo responsável pelo sustento da família, ou as próprias mães que se tornaram pai e mãe e cuidam dos seus filhos, ou os avôs que acabam assumindo toda essa responsabilidade. Então família para mim hoje em dia está amplo, apesar de eu ter essa concepção de ter uma família estruturada, de ter como base, pai, mãe e filhos, pelo fato de eu ter uma família estruturada, hoje em dia é raro ver. (TOPÁZIO).

Em seu depoimento evidencia-se a dificuldade que é para ela lidar com concepções e valores adquiridos socialmente e internalizados e os que estão colocados hoje na realidade.

(...) quando a gente vem de uma família estruturada a gente tem e continua tendo essa visão, e a partir do momento que a gente está lidando com a parte profissional, a gente vê que não existe

muito essa família. Ficou meio vago família hoje em dia. (TOPÁZIO).

Quando se fala em família estruturada, parte-se do ponto de vista de que há uma estrutura ou um modelo. Isso porque os padrões tradicionais e conservadores ainda existem, estão enraizados na cultura, dificultando a aceitação de outras formas de famílias. Vignoli (2007) citando Cornely (1987) afirma que a vertente funcionalista, de corte positivista, entende a família como “a célula básica da sociedade, (...) universo fechado e estático, de relações intrafamiliares, que se esgotam em si mesmas” (CORNELY, 1987, p. 6 apud VIGNOLI, 2007, p. 93).

Sobre esse elemento, Silva (2002) chama-nos atenção ao dizer que:

Não há uma história da família ocidental porque não há, e nunca houve um único sistema de família. O Ocidente sempre esteve caracterizado pela diversidade das formas de família, pela diversidade das funções da família e pela diversidade nos relacionamentos familiares não apenas no tempo, mas em tempos precisos do tempo. (ANDERSON, 1986, p. 14 apud SILVA, 2002, p. 40).

De acordo com a autora, há uma propensão de a sociedade negar ou esquecer as diferenças familiares.

Exceções ao modelo, porém, não apenas reforçam sua elasticidade como também a riqueza da realidade empírica, que de longe o extrapola. Isto sem falar no fato de que a existência de um modelo numa sociedade ou momento histórico determinado não significa que este conjunto de regras e padrões de comportamento não seja passível de transformações. Pelo contrário, a mutabilidade é outra característica da instituição familiar, como fartamente documentada pelos estudos históricos. (BRUSCHINI, 1990, p. 38).

Outros aspectos relativos às configurações familiares são apontados pelas profissionais:

Família é como a gente fala tradicionalmente composta pelo casal. Pais casados legalmente ou amasiados com seus filhos. E hoje a gente trabalha muito com a família cujo núcleo é composta pela mulher sozinha com seus filhos. E as famílias também compostas por outros membros, principalmente os idosos, que hoje eles suprem muito a necessidade básica de algumas famílias. As famílias elas vão se diminuindo, minimizando com a saída (Essa saída diz respeito ao fato de um dos membros da família ir para outra cidade à procura de emprego ou para trabalhar), e depois com as circunstâncias vividas elas retornam para a casa dos pais, que acabam sendo os provedores mesmo. (ESMERALDA).

A profissional cita exemplos de novas formas de composição familiares, tais como: as famílias chefiadas por idosos e por mulheres. Sobre esse dado, Fernandes (2008) diz que:

Numericamente os idosos têm aumentado significativamente nos últimos anos, pois a velhice é uma etapa do ciclo da vida que uma parcela crescente da população brasileira vem alcançando e desfrutando por mais tempo, em virtude do aumento da expectativa de vida e do acelerado envelhecimento populacional no país nas últimas décadas. Segundo Brito e Ramos (1996), esta mudança no perfil demográfico, iniciada na segunda metade dos anos 70, quando houve um declínio da taxa de natalidade, aponta que no ano de 2025 existirá, no Brasil, aproximadamente 30 milhões de idosos, que representarão 15% da população total. (FERNANDES, 2008, p. 1).

O que demonstra que há uma tendência de o número de famílias chefiadas por idosos crescerem. Esse elemento vincula-se ao fato de a expectativa de vida dos brasileiros ter aumentado. Segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, “a expectativa de vida da população brasileira ao nascer passou de 69,66 anos (69 anos, 7 meses e 29 dias) para 72,86 anos (72 anos, 10 meses e 10 dias) de 1998 a 2008” (FARID, 2009).

Já em relação às famílias chefiadas por mulheres, pesquisas revelam que o número de mulheres chefes de família aumentou entre 1998 e 2008; “em 1998, elas eram responsáveis financeiramente por 25,9% dos lares. Em 2008, o percentual passou para 34,9%”. (IBGE, 2009). Esse aumento deve-se a vários fatores; entre eles podemos citar os movimentos de conquistas de direitos nos anos 60 e 70, em que ganham destaque os das mulheres que lutaram pela sua emancipação profissional e pessoal, além da descoberta nos anos 70 da pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução, cabendo à mulher decidir em qual momento ter filhos.

Wiese (2009), citando Sarti (2005) afirma que:

A partir da década de 1960, (...) em escala mundial, difundiu-se a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina. Esse fato criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social. A pílula, associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares, e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família... (WIESE, p. 3 apud SARTI, 2005, p. 21).

Na década de oitenta, surgiram novas tecnologias de reprodução. Nesse momento, a mulher não precisava ter relações sexuais com o homem para poder engravidar. Já a visão da sociedade em relação à participação das mulheres no mercado de trabalho, ainda é desigual e não plenamente aceitável, tendo em vista as diferenças de salários e as divisões de serviços domésticos entre o gênero feminino e masculino.

Quando as mulheres ingressam maciçamente na produção social, com o avanço do próprio capitalismo que as havia anteriormente confinado no lar, elas continuaram responsáveis pelo trabalho na esfera doméstica. O trabalho assalariado ou

social torna-se, então uma carga adicional, que não muda a responsabilidade das mulheres pela produção de valores de uso na família e para a família. (BRUSCHINI, 1990, p. 35).

Outros depoimentos reforçam a diversidade de relações familiares existentes na sociedade:

(...) hoje a gente vê assim vários tipos de família. As famílias patriarcais, onde quem era o dominador da família era o pai. O pai era que, (...) dominava a família, era o gestor economicamente. Eu vejo assim, é um tipo família mais patriarcal, se deu a família nuclear, (...) como era pai, mãe e os filhos. É... hoje, eu vejo assim, existe outros tipos de família, a sociedade está mudando e a gente verifica que hoje também existe famílias em que a mãe é a provedora da família, porque muitas vezes é.. nem reside mais com o pai. Há separações de casal, que a mãe acaba sendo a provedora, mantenedora da família. E agora, também, a gente está vendo os casais homossexuais, é.. pela própria lei, está sendo aprovado e está se formando grupo familiar também. (DIAMANTE).

Além de corroborar com o depoimento anterior, essa profissional sinaliza as relações familiares formadas por casais homossexuais. No Brasil esse tipo de relação ainda não é reconhecido por lei e muitos casos são tratados de forma discriminatória.

Os exemplos de famílias explicitados pelas profissionais permitem-nos avaliar que a realidade nos distancia do modelo nuclear predominante na sociedade: pai, mãe e filhos. Diante disso, entende-se que a família é uma entidade histórica, mutável e interligada, uma criação dos homens. Ela influencia e é influenciada por outras culturas e relações. Wiese (2009), concordando com Amaral (2001) afirma que:

A família é uma construção que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família”, que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar. (WIESE, 2009, p. 4).

Nas sociedades contemporâneas, além da família tradicional, existem outras configurações familiares pautadas em relações descentralizadas, democráticas e desmatrimonializadas. Com isso, não podemos falar somente de uma família, mas de famílias.

2 A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COM FAMÍLIAS: AS AÇÕES REALIZADAS

Em relação às ações profissionais junto às famílias e ao modo como desenvolvem suas intervenções, as assistentes sociais expressaram que:

Nós desenvolvemos aqui no Centro de Referência de Assistência Social que é um espaço físico, em parceria com a Secretaria da Promoção Social e com o Fundo Social de Solidariedade, onde nós temos várias oficinas permanentes, onde temos hoje, os serviços básicos de atendimento à família, à criança e ao adolescente, projetos com o idoso. Então nós temos aqui, uma parceria grande com a comunidade, com outros setores, também, como o SESI, o SENAI, então nós temos essas possibilidades...

Nós temos como estar utilizando desses recursos, desse espaço físico, para trabalhar, para acolher, para oferecer possibilidades de capacitação e de melhoria da qualidade de vida. E o trabalho sócio educativo que é fundamental. A busca ativa dessas famílias, o acompanhamento. É sempre estar atenta ao cumprimento, também dos deveres que a família tem que ter. Por exemplo, dentro do Bolsa Família, a gente sabe que tem que cumprir as condicionalidades. Nosso trabalho é permanente com o programa de saúde da família, com as equipes que atuam no bairro.

Então é assim que a gente trabalha aqui (...) é voltando toda atenção, hoje, para essas famílias em situação de vulnerabilidade. (ESMERALDA).

A intervenção do assistente social junto às famílias volta-se para o desenvolvimento de ações que visam a sua qualificação para entrada no mercado de trabalho. O acompanhamento familiar

e o trabalho socioeducativo também são elementos mencionados nessa intervenção. Novos depoimentos reforçam essa perspectiva de trabalho com famílias:

Então aqui no CRAS, nós trabalhamos com as famílias através dos programas sociais. Então, Bolsa Família, Renda Cidadã, nós temos um programa, que nós chamamos de Programa Cesta Lar, que é um programa, com cesta básica, mas que nós acompanhamos as famílias. Não é só a entrega de uma cesta, que é um paliativo. Nós trabalhamos com o Programa Renda Mínima, que é um programa municipal. E também os programas com a juventude: o Ação Jovem e o Pró-Jovem. Então nós desenvolvemos um trabalho através de reuniões sócio educativas, é... atendimento individualizado, em termo de orientação, visitas domiciliares, nós fazemos, acompanhamos os grupos. Esse trabalho é desenvolvido junto com a Psicologia. (DIAMANTE).

O trabalho interdisciplinar e os programas sociais em nível municipal, estadual e federal, bem como as parcerias com outras Instituições, foram mencionados pelas assistentes sociais como ações importantes para o trabalho desenvolvido. Outras formas de ações foram relatadas:

Nós temos reuniões, com essas famílias, dependendo do programa em que elas estejam inseridas, semanal, às vezes duas vezes na semana. Nós temos grupo de pais de adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa, que é feita no período noturno. Então, nós temos uma equipe aqui, de profissionais e, de um trabalho importante, hoje, voluntário, que nós conseguimos para desenvolver esse trabalho sócio-educativo e, de oficinas aqui dentro do CRAS. (ESMERALDA).

Observa-se que as ações socioeducativas mencionadas estão relacionadas ao desenvolvimento de oficinas e ao cumprimento das condicionalidades dos programas sociais. Ações com este teor estão pautadas numa perspectiva da qual Paulo Freire (1996) chama

de educação bancária², cujo objetivo é transmitir informações sem problematizá-las com os sujeitos.

Segundo Mioto (2004), os assistentes sociais desenvolvem ações que se diferenciam entre si pelas suas particularidades, mas que continuam tratadas de formas indiferentes. São elas: ações sócio-educativas, ações sócio-terapêuticas, ações periciais, ações sócio-assistenciais, ações de acolhimento e ações de apoio sócio-institucional.

As ações sócio-educativas estão relacionadas àquelas que, através da informação, da reflexão, ou mesmo, da relação, visam provocar mudanças (valores, modos de vida). As ações sócio-terapêuticas são desenvolvidas diante de situações de sofrimento das famílias, expresso nas suas relações ou pelos seus membros, com a intenção de alterar esta situação. As ações periciais são aquelas que, através do estudo e da avaliação das situações familiares, visam à emissão de um parecer social para outrem. As ações sócio-assistenciais se relacionam a toda ação de provimento e de sustentação para atendimento de necessidades das famílias usuárias. As ações de acolhimento e apoio sócio-institucional consistiriam, como o próprio nome indica, no acolhimento, apoio e na articulação de recursos através da ativação, integração e modificação das redes sociais e de serviços para atender as demandas familiares. (MIOTO, 2004, p. 10).

Os depoimentos também foram reveladores dos sentimentos de gratificação profissional mediante as ações desenvolvidas junto às famílias:

E é assim, é gratificante, embora a gente ainda não atingiu o objetivo que a gente quer. Nunca vai atingir. Porque, na verdade nós dependemos, é uma coisa recíproca. O profissional faz o trabalho, mas a família precisa corresponder. E nem sempre, muitas vezes a gente não consegue o resultado,

² Para uma melhor apreensão desse conceito, ver *Pedagogia do Oprimido*, de autoria de Paulo Freire.

porque precisa desse outro lado da família. E uma coisa, que é assim, eu como profissional, vejo que, nós precisamos, ainda, melhorar e muito é a questão do trabalho, na verdade, com a família num todo mesmo. Porque, muitas vezes a gente fala, eu realizo trabalho com a família, mas às vezes você realiza com um membro da família. E a família, são todos os membros. Então, eu acho que a gente precisa atingir esse patamar, que a gente ainda não consegue, na verdade, mas é uma busca. Eu acho que a gente precisa acreditar no que a gente faz. Então, muitas vezes é... você precisa ir, primeiro atingir um membro da família, pra depois você ir, conseguindo criar vínculo com os outros. Então, a gente não pode desacreditar nisso. Eu penso assim. E sempre tá, buscando assim, novas alternativas, pra que você possa atingir esse objetivo. (DIAMANTE).

Ao mesmo tempo em que a profissional demonstra o seu sentimento de gratificação mediante o trabalho desenvolvido, evidencia que, muitas vezes, as famílias não correspondem às condicionalidades exigidas pelas políticas públicas. Os depoimentos revelam que o foco da responsabilidade recai sobre as famílias e não sobre o Estado.

(...) eu tento orientar, pegar no pé se melhorou em relação à frequência na escola, a higiene da família, porque tem caso aqui que é sem vergonhice dá para perceber, porque que nem a casa X, recebem dois benefícios e eles não conseguem melhorar a parte higiênica da casa. Eles têm banheiro, mas utiliza para fazer xixi um balde no quarto. Então eu tento pegar no pé nisso, não para prejudicar, mas para melhorar, orientar, isso aqui é falta de higiene, tem banheiro, ensina o filho a usar lá, até mesmo uma doença ou alguma coisa, para eles. Então eu tento orientar a família e encaminhar em tudo que eu posso para ajudar. Porque eu sei que financeiramente, materialmente é difícil. (TOPÁZIO).

Mioto (2003) e Sarti (2004) sinalizam que há uma tendência dos profissionais que trabalham com famílias se pautarem na sua própria referência familiar. Por isso:

(...) para compreender a família é necessário que o profissional fique atento ao ambiente no qual ela está inserida. Lembra ainda que a família tem discernimento para determinar padrões, optar e reorganizar seu ambiente. Então o padrão de interação é definido pela própria família, que, somando-o às relações sociais, tem o suporte para seu funcionamento, inclusive nos aspectos inerentes à saúde. (MIOTO, 2003, p. 164).

Complementando sua fala em relação ao trabalho que desenvolve junto às famílias no CRAS, a profissional expõe:

(...) Aqui dá para eu pirar um pouquinho, porque eu faço dez coisas ao mesmo tempo. E como eu conheço a maioria das famílias atendidas aqui, pelo fato de eu ter vindo do X (mencionou o lugar onde trabalhava), de eu ter trabalhado com família em situação vulnerável, de miserabilidade, tudo isso. Por quê? Porque ou era evasão escolar (...), ou era situação de maus tratos que ia parar lá, tudo isso, então acaba sendo esse povo, é... como eu vou dizer, essa população que eu estou atendendo aqui. Então eu conheço eles, então quando vem algum reclamar aqui, independente de eu ter saído do X, eu já começo a pegar no pé, tá trabalhando? Tá fazendo o que? O que vocês estão pretendendo fazer da vida?

Então eu já falo que eu to aqui, para quando tiver dúvida, para procurar aqui, para poder orientar. Eu oriento referente aos cursos que tem aqui, que eu quero ver a pessoa progredir. Muitos que já conheço que não tem estudo, eu estou orientando a voltar a estudar a noite para mais pra frente fazer um curso no SENAI, alguma coisa pra ter, ser alguém na vida, porque até pra ser lixeiro tem que ter o ensino médio. E como uma pessoa quer crescer na vida, vivendo do que? De recycle? Se duvidar, até para fazer parte da coleta seletiva, agora, vai ter que ter ensino médio.

Então eu tento orientar isso, ser útil para família, não doando material, por exemplo, como eu até falei, de cesta básica, fralda, medicamento, seja lá o que for, mas orientar ... dando ... o que eu sei, que possa ver um resultado positivo nessas pessoas.. (TOPÁZIO).

Observa-se um discurso conservador perante o trabalho realizado com as famílias, o que nos remete a inferir que esse discurso está sustentado em seus próprios valores, do que é ou deve ser a família. Contudo, apesar das dificuldades vivenciadas no cotidiano profissional, procura oferecer cursos profissionalizantes à população atendida e orientá-la em relação aos estudos. Tudo isso entendemos ser importante, mas questionamos se os cursos oferecidos possibilitam os usuários progredirem e de que forma, se ainda possibilitam a inserção dessas famílias no mercado de trabalho e a garantia de seus direitos.

Ao mesmo tempo, é importante avaliar se tais cursos atendem àquilo que a população necessita e reconhecer se o município vai absorver essa demanda ou se ela já está saturada. Os usuários e famílias devem ser ouvidos sobre aquilo que querem e necessitam, para que os cursos e demais atividades exercidas e oferecidas pelo CRAS possam contribuir para qualificar a sua vida, mas, sobretudo, para que o exercício profissional esteja pautado no Projeto Ético-Político que defende os direitos sociais, a liberdade e a cidadania. Nesse sentido:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais, a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 1999, p. 16).

Tal projeto indica uma direção à profissão porque aponta princípios, valores, pressupostos e normativas jurídico-legais. Conseqüentemente, aponta uma forma de pensar/agir, porque dispõe de um conjunto de elementos que servem de base e referência para a intervenção do assistente social. E é no cotidiano profissional que vamos materializar os objetivos contidos nesse projeto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às concepções de famílias que orientam a intervenção dos profissionais, constata-se que a família é considerada um grupo de pessoas que moram sob o mesmo teto e estão unidas por laços consangüíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Também mencionam a família como uma instituição cujos membros possuem responsabilidades entre si, uma unidade que vive em constante mudança. Fazem menção às famílias tradicionais, monoparentais, recompostas, casais de homossexuais e grupo de amigos.

As concepções de famílias explicitadas pelas profissionais correspondem aos conceitos estabelecidos nas legislações e políticas que servem como parâmetro para a atuação profissional, no entanto, ainda existem concepções tradicionais internalizadas sobre o que é ser família e sobre as quais os profissionais devem refletir.

No que diz respeito à intervenção dos assistentes sociais junto às famílias em seu cotidiano profissional, verifica-se que ações de cunho socioeducativo são predominantes. Observamos, todavia, que essas ações estão embasadas, sobretudo, no cumprimento das condicionalidades dos programas sociais em que as famílias estão inseridas e não numa perspectiva crítica que vise mudanças em seu processo de consciência e em suas condições de vida.

Entendemos que ações dentro dessa proposta vão além do simples repasse de recursos ou da socialização de informações; requerem habilidade, competência, criatividade e, principalmente, reflexão crítica sobre a realidade vivenciada pelas famílias.

Os profissionais sinalizam a importância do trabalho interdisciplinar e de estabelecerem parcerias na busca de soluções e

encaminhamentos para o atendimento das demandas apresentadas pela população usuária do Serviço Social

A falta de uma análise crítica mediante a centralidade que as famílias ocupam nas políticas faz com que os profissionais atribuam às famílias responsabilidades as quais elas não conseguem cumprir e para as quais cabe ao Estado oferecer subsídios. Essa situação é percebida quando se ouve que as famílias devem corresponder às condicionalidades impostas a elas mediante os programas sociais, porém, muitas vezes as famílias não conseguem responder tais funções e/ou papéis, o que faz com que sejam consideradas criticamente como incapazes.

Evidencia-se que os profissionais sabem que, nos dias atuais, há inúmeras formas de organização e dinâmica familiar, ainda que em alguns casos se esperem certos “modelos” que não correspondem à realidade vivenciada pelas famílias.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1190 e seu impacto no âmbito da família. In: LEAL, Maria Cristina; MATOS, Maurílio Castro de; SALES, Mione Apolinário (Orgs.). **Política Social, família e juventude: uma questão de direitos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROCO. Maria Lucia. O significado sócio-histórico dos Direitos Humanos e o Serviço Social. Palestra apresentada na mesa Conflitos Globais e a violação dos Direitos Humanos: a ação do Serviço Social em 18/08/2008 – **Conferência Mundial de Serviço Social da Federação Internacional de Trabalho** –Salvador/BA.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 16 mai. 2010.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social: NOB/SUAS**. Brasília, jul. 2005. Disponível em: <www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/NOB_versao_final.pdf>. Acesso em: 28 set. 2010.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional da Assistência Social/ PNAS**. Brasília, 2004.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Vértice, 1990.

CAMPOS, Marta Silva. **Família e política social: caso brasileiro e estudo particular em São Paulo**. VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antonio Augusto et al. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994.

FERNANDES, Priscila Matos. O idoso e a assistência familiar: uma abordagem da família cuidadora economicamente dependente do idoso. **Revista Novo Enfoque**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2008. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novo enfoque/edicao/artigos/7>> Acesso em 02 out. 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 58-64.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Indicadores sociais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao de vida/indicadores minimos/sintese indic sociais 2009/indic_sociais 2009.pdf> Acesso em: 04 out. 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABPES. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. p. 1-45.

LIMA, Eliéte Maria. **A proteção social no âmbito da família: um estudo sobre as famílias do Bairro Monte Cristo em Florianópolis**. 2006. 153f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade de Santa Catarina, 2006, p. 9-43.

LUZ, Luziene Aparecida da. **A dimensão educativa na prática profissional do Assistente Social no trabalho com comunidades em Campinas/SP: 2001-2004**. 2005.183f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, 2005, p. 18-51.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. A família é um espaço de pessoas. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e (Orgs.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004. v. 2, p. 14-17.

_____. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual & Contextos**, Rio Grande do Sul, ano III, n. 3, dez. 2004. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/issue/view/88>>. Acesso em: 19 mar. 2010.

_____. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABPES. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. p. 498-512.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. (org). A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n 1, p. 22-48. jan/jun. 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; STAMM, Maristela. Família e cuidado: uma leitura para além do óbvio. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, PR, v. 2, n. 2, p. 161-168, jul./dez. 2003.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas: entrega de um filho para adoção**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Brasília, 1999. Disponível em: <www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf> Acesso em 30 out. 2010.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia T.M; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 99-124.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão**. , 1996, 312f. Mestrado Programa de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Cap. III.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como ordem simbólica**. Psicologia USP, São Paulo, v.15, n.3, p.11-28, 2004.

SILVA, Tânia Maria Gomes. Família e historiografia. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, BA, ano, v. 2, n. 1, p. 37-46, 2002. Disponível em: < <http://www.uesb.br/politeia/>> Acesso em: 11 jun. 2006.

VIGNOLI, Maria Francisca Sales. **A família como campo de atuação e investigação do Serviço Social brasileiro**. 2007. 104f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

WIESE, Michelly Laurita; SANTOS, Rosemeire. A centralidade da família nas políticas sociais da assistência social e saúde: a relevância do debate para o Serviço Social. In: Seminário Internacional O Trabalho Social França Brasil, 2009, São Paulo. **Anais Seminário Internacional o Trabalho Social França Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://www.cibs.cbciss.org/relatos.html>> Acesso em 25 jul. 2010.